

A MULHER MATO-GROSSENSES NA MIRA DO DIP (1937-1945)

Carlos Martins Junior (Orientador)¹ - UFMS
Carlos Alexandre Barros Trubiliano² - PPG/UFMS

O Estado Novo (1937-1945) foi um período de intensas mudanças para o Mato Grosso. O programa Marcha para o Oeste, anunciado em 1937, renovou as expectativas de desenvolvimento para o Estado e abriu a possibilidade para a chegada de novos agentes sociais representados, por empreendedores/ investidores e, por novos personagens urbanos (os chamados “indesejáveis”), que desde o final do século XIX compunham o universo das grandes cidades brasileiras. Ambos poderiam significar ameaça às elites dominantes locais. Os primeiros, em razão da possibilidade de disputarem cargos políticos tradicionalmente controlados por elas; os segundos por se constituírem em membros das chamadas “classes perigosas”, os quais caberia às elites controlar e disciplinar e dos quais deveriam se diferenciar.

Por isso o período foi, ao que tudo indica, marcado por reordenamentos no interior das elites locais que, simultaneamente, se empenhavam na elaboração e/ou no reforço de imagens positivas sobre o Estado¹. No intuito de apagar o “estigma da barbárie”² que tradicionalmente o caracterizava, essas elites procuravam representá-lo como “reserva de brasilidade”³, a “Canaã do Oeste”⁴, terra das oportunidades emoldurada pela garantia da ordem e da lei.

Frente a isso e partindo da premissa de que no Estado Novo à mulher foi reservada a função estratégica de transformar-se em auxiliar do Estado no processo de disciplinarização dos indivíduos pertencentes às camadas subalternas da sociedade, com vistas a construir o trabalhador produtivo e melhorar a própria qualidade da raça, este artigo pretende apontar alguns aspectos sobre a maneira como a mulher mato-grossense foi enquadrada no processo de controle social elaborado pelas elites dominantes locais. Para tanto, as fontes utilizadas serão os jornais que circulavam em Campo Grande à época, com

¹Professor Titular do Departamento de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Mestrando em História do Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ênfase sobre a análise das imagens que os mesmos emitiam sobre o elemento feminino, num mundo em mudanças.

A investigação dos processos políticos em nosso país tende a incorporar, com maior freqüência, a análise da influência, dos papéis e recursos políticos específicos dos meios de comunicação de massa. A intervenção política nos órgãos de imprensa se apresenta, para muitos analistas, como uma variável significativa⁵.

É sabido que, com a expansão e o aprimoramento das técnicas de informação, tornou-se possível a aplicação dos meios de controle de massa. Os jornais são um exemplo desses meios, influenciando os costumes, as tradições, o comportamento e as opiniões, tendo interferência nos campos político, social, econômico, artístico e literário, entre outros, alterando conceitos, modificando hábitos e provocando transformações imediatas na sociedade sem, contudo, modificar-lhe a essência.

Frente ao extraordinário desenvolvimento da capacidade de reprodução das informações e sua força de persuasão sobre as pessoas, o “uso adequado” dos meios de comunicação de massa passou a ser encarado como um forte instrumento político⁶. Assim é que, para Getúlio Vargas, na opinião de quem o primeiro dever do Estado era o de “polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão”, a imprensa constituía-se no “maior elemento para um bom governo”⁷.

Com base nisso, durante o Estado Novo foram criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP) e, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a função de organizar o registro de todos os jornalistas e vigiar o que publicavam.

Embora alguns analistas identifiquem os jornais como um dado de empobrecimento da cultura, em razão de sua massificação e de sua “elegância barata”⁸, é importante destacar que, nas primeiras décadas do século XX, em cidades como Campo Grande, este foi um veículo cultural de suma importância, pois o consumo de jornais constituía-se em hábito de uma pequena minoria ilustrada, com o poder da imprensa se justificando pela real e decisiva intervenção ideológica⁹.

Conscientes da força representada pela imprensa, as elites campo-grandenses lançaram mão dos jornais para veicular modelos comportamentais, especialmente para as mulheres que, durante o Estado Novo, eram vistas como elementos essenciais do projeto estatal de “disciplinarização” das chamadas “classes perigosas” dos grandes centros urbanos, ou das populações que habitavam as áreas ainda identificadas como “sertão”, supostamente destituídas dos padrões ideais de “civilização”.

Nesse contexto, a imprensa acabou por se constituir em importante instrumento para a formulação, divulgação e reforço de padrões de comportamentos sociais, no interior dos quais as mulheres eram caracterizadas como biológica e psicologicamente frágeis em relação aos homens, devendo, portanto, estarem submetidas a eles, restritas as tarefas domésticas de mães e esposas¹⁰.

Isso é o que se observa da análise estrutural dos periódicos, nos quais a primeira página era dirigida ao público masculino supostamente interessado pelas disputas políticas locais, nacionais e internacionais. A partir da segunda página surgiam notícias e artigos, geralmente transcritos de jornais que circulavam nos grandes centros urbanos do país, que, pela a abundância de referências à mulher, pareciam dirigir-se exclusivamente ao público feminino.

Tomando-se como exemplo o jornal *A Cruz*, veículo de divulgação da Liga Católica de Mato Grosso editado em Cuiabá, as páginas internas ficavam reservadas a artigos, na maior parte sem qualquer identificação dos autores, produzidos no Liceu Campo-grandense, cuja pretensão era “educar” a família, transmitindo, entre outras mensagens, hábitos sexuais “sadios” considerados fundamentais numa sociedade marcada por inúmeras pressões, entre elas o surgimento de novos personagens e espaços urbanos típicos das grandes cidades, tais como as casas de jogos e de prostituição. Na edição de 5 de março de 1939, *A Cruz* trouxe o seguinte artigo:

É sabido que o homem, escravizado pela carne, procura coonestar (sic) as suas derrotas com motivo de ordem intelectual. [...] Porém não restam aos nossos rapazes desfibrados outros expedientes senão confessar sinceramente que a razão única de sua vida de incontinência é a fraqueza de sua vontade, a derrota de seu espírito pela carne. [...] Cabe ensinar à mocidade masculina, que não só a castidade e a continência não são nocivas à

saúde, mas virtudes muito recomendadas, ainda, sob o ponto de vista médico e higiênico¹¹.

Para a nova elite urbano-burocrática Mato-grossense, grupo ansioso por ascender posições sociais que lhe garantisse prestígio político e segurança material, não era apenas necessário incorporar novos hábitos e condutas importadas das grandes cidades do país. Não sendo mais suficiente, como mecanismo de diferenciação social, ser branco, católico e proprietário, era preciso ser “civilizado”, ter gosto e ser “higienizado”.

Não obstante a menção aos médicos e higienistas, cujo papel como organizadores da vida pública e privada foi fundamental no final do século XIX e início do XX, era à mãe que *A Cruz* atribuía papel central para a “sadia” educação física e mental dos filhos. É o que se observa em alguns dos “dez mandamentos”, ou “conselhos”, destinados aos meninos, publicados pelo semanário em janeiro de 1939:

- 1º Amar a mãe sobre todas as mulheres.
- 2º Não abrigues pensamentos que tua mãe não possa conhecer.
- 3º Não cometas ações que ela não possa ver [...]
- 10º Não falar coisas que ela não possa ouvir¹².

Essencial no processo de formação do cidadão “civilizado” e “higienizado”, o papel da mãe também seria estendido às professoras: “[...] a mulher mato-grossense conhece, sobretudo, que só o amor resgata, eleva, purifica e redime e que o mundo novo será o que forem as mães e as mestras de hoje, atuando no espírito do homem de amanhã”¹³.

Vale lembrar que o problema da educação foi motivo de intensa discussão durante o Estado Novo. Inspirado na noção, expressa pelo Ministro Gustavo Capanema, de que a educação não poderia ser “neutra no mundo moderno”, a partir de 1937 o Ministério da Educação e Saúde lançou uma série de diretrizes, visando constituir um amplo projeto de nacionalização cultural, sob o rígido controle do DIP.

Como resultado disso, entre outras medidas foi promulgada, em abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com o objetivo de criar, em todos os adolescentes, uma sólida cultura geral marcada pelo cultivo da “consciência patriótica”, pelo respeito aos valores maiores da Pátria e pela manutenção da ordem social¹⁴. No tocante à educação feminina, recomendava o Ministro Capanema:

[...] que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina e que a orientação metodológica dos programas tenha em mira a natureza e a personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar¹⁵.

Encarada como instrumento de formação e disciplinarização social, a educação no Estado Novo orientava-se no sentido de fazer “das gerações de amanhã um todo

homogêneo e coeso, sabendo mandar e obedecer”¹⁶. Ao professor atribuía-se a tarefa de ser o “obreiro da eugenia da raça”, devendo aperfeiçoar “os valores dirigidos e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas”.¹⁷ Nesse processo, as mulheres (mães e mestras) deveriam transformar-se em aliadas do Estado, no papel de agentes “civilizadores” no interior dos lares e das escolas. Num plano mais abrangente, reservava-se a elas a função de educar “homens melhores” para a Nação brasileira.

Destaque-se que, na imprensa, o uso de poemas, assim como o de crônicas, piadas e provérbios, possuía um caráter estratégico, haja vista que essas variedades podiam promover impactos diferenciados nos leitores. Ao contrário da notícia, que possui um conteúdo algo verídico e que tende a criar uma realidade, o efeito que se pretendia produzir com o uso do poema, da piada e, sobretudo, pela opinião formulada através da crônica parecia atender a objetivos morais. Além disso é possível inferir que essas modalidades fossem lidas com mais facilidade e, repetidas no cotidiano, contribuíssem para alargar o âmbito da mensagem para além dos leitores de jornais. Isso pode ser observado no trecho abaixo da crônica escrita pelo Padre Ascânio Brandão, publicada em *A Cruz* de 12 de setembro de 1944 sob o título “O governo da criança”:

A criança está no cartaz. E nenhuma dessas madamas elegantes quer saber de criança. Prefere criar *bul-dog* de raça, ou cachorrinho Lulu a criar e educar filhos. [...] Ai de vós que abraçais o matrimônio [...] e recusais cumprir a mais bela missão e um dos fins essenciais: a criação e a educação dos filhos! Ai de vós! Ai de vós!

A crescente urbanização e a rápida industrialização da década de 1930 foram importantes fatores de ampliação da participação feminina além das fronteiras domésticas. Na medida em que oferta de empregos aumentava as oportunidades profissionais para a mulher das camadas médias da sociedade, aos poucos o trabalho extra-doméstico deixava de ser considerado uma “desgraça”. Refletindo essa nova realidade, tornou-se habitual as colunas sociais dos periódicos editados em Campo Grande associarem certas figuras femininas às suas respectivas profissões, a exemplo da “Exma. Sra. D. Lenira Alves Campos, ilustre dama campo-grandense, festejada jornalista e diretora do Jardim da Infância Paraíso”, da “menina Itália, a Italianinha, linda porteirinha do Cine Alhambra”¹⁸, bem

como da “gentil senhora Odayla Ketzer, que é contadora das Casas Pernambucanas de Campo Grande”¹⁹.

Aos poucos, as conquistas feministas no exterior repercutiam no Brasil, com o próprio Governo Provisório acatando algumas de suas reivindicações. Estimulados pelo rádio, através do qual chegavam informações sobre as rápidas mudanças da vida moderna, e pela propaganda, transmitindo as mudanças dos padrões morais e dos hábitos. Senhoras e moças, que antes não saíam às ruas desacompanhadas, agora podiam ser vistas andando sozinhas ou dirigindo seus próprios automóveis, freqüentando ambientes fechados como os cassinos, as *boites* - antes exclusividades masculinas ou de mulheres de “má fama” -, ou as praias e clubes, onde *maillots* mais ousados passaram a mostrar os ombros e as coxas. Novidade que também chegou ao Parque Balneário de Campo Grande, cujo regulamento, além de franquear somente os períodos matutino e vespertino (das 9:00 às 15:00 horas) para os banhos de piscina das senhoras, admitia o uso de *maillots* desde que, obrigatoriamente, de cor escura, de modo a diminuir a exposição das formas do corpo²⁰.

Também a moda enveredava por novos rumos. Além de ditar mudanças nos padrões de comportamento e estéticos, implícito nesse processo estava a percepção, por parte do mercado e da publicidade, do grande potencial representado pelo elemento feminino como “grupo de consumo”, fato que ensejou as cadeias de lojas, os grandes magazines e os catálogos de reembolso postal especializados no atendimento ao “belo sexo”. Como observou Hobsbawn, “afinal quem decidia sobre a maior parte das compras em casa?”²¹.

Sensíveis às mudanças no país e fora dele, os jornais mato-grossenses não deixavam de perceber a emergência da “mulher moderna”. Atribuindo a ela um lugar de destaque naquele processo de transformações, reforçavam, porém, seu papel como importante auxiliar para a manutenção da ordem e das instituições.

Para tanto, estabelecia-se a dicotomia entre a figura mitológica de Eva, representada como a mulher fútil e sedutora que utiliza seus encantos para levar o homem

ao pecado, e Maria em cuja figura repousaria o verdadeiro “espírito feminino” do amor desinteressado e altruísta. Assim, num artigo apócrifo intitulado “A mulher e o modernismo” (provavelmente escrito por uma mulher), *A Cruz* deixava transparecer o quão tímidas ainda podiam ser consideradas as conquistas femininas, em razão da persistência de um modelo feminino idealizado:

Mulher, somos a salvadora do mundo... já uma vez ela o perdeu com o nome de Eva, aliciando com seu amávilis (sic), o homem para a transgressão da lei. De outro feito redimiu, sob a bela encarnação da Virgem Mãe, Maria a mulher das dores, personificada do espírito feminino de renúncia e sacrifício, morrendo de morte mais dura que a própria morte, na paixão do filho. Agora cabe de novo à mulher, na encruzilhada trágica do mundo moderno, salvar ou perder a humanidade. Ela o salvará, estou certa. Ela salvará o mundo desde que se disponha a ser Maria e não Eva. A dar o exemplo do amor e da abnegação, e não da vaidade e apego aos gostos efêmeros. A influir, pelo espírito de vontade e bondade, na formação homem novo. A ser guia, companheira e amiga do homem e não seu superior²².

Dessa perspectiva, enunciava-se o “verdadeiro sentido do feminismo”, que antes de significar apenas a conquista de “vantagens materiais e poder fazer o que os homens podem fazer”, como poderiam visualizar, segundo *A Cruz* de 20 de janeiro de 1940, aquelas mulheres a quem o semanário definia como “bonequinhas de salão”, implicava não só na aquisição de “maiores direitos”, mas de “graves deveres”.

Nesse mundo em mudanças veiculado pelos jornais, no interior do qual o Mato Grosso deveria estar definitivamente inserido, a diferenciação entre a “mulher moderna” da elite e as demais passaram, portanto, a estar baseadas em certas normas rígidas de comportamento social. Nesse sentido, transitando de imagens didáticas e civilizadoras, a partir das quais procuravam registrar referências idealizadas do que deveriam ser os papéis femininos, ao destaque às notícias e notas sobre as atividades profissionais, sobre as formas adequadas de sociabilidade e de consumo da mulher de elite, as imagens, metáforas e símbolos, presentes nas páginas internas da imprensa mato-grossense durante o Estado Novo, não só constituíam a ideologia de consolidação das elites dirigentes locais, como passaram, aos poucos, através da formação de uma opinião pública, a atuar enquanto ideologia de controle, diferenciação e discriminação social, sobretudo para as mulheres dos múltiplos extratos sociais e étnicos (e suas famílias) que, vivenciando as

diferentes realidades do campo e da cidade, viram-se cerceadas por valores hegemônicos de que não tinham condições de participar.

Explicitamente, contendo elementos da estereotipia tradicional, o conservadorismo dos papéis das mulheres de elite, composto pela imprensa mato-grossense da época, acena para os limites provincianos em que elas continuariam a atuar.

¹ Sobre o tema, ver: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis - *Elites Políticas. Competição e Dinâmica Partidária - Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. RJ: IUPERJ/ SP: Vértice, 1988. Em especial o capítulo 3.

² Sobre as representações de Mato Grosso enquanto espaço da “barbárie”, ver GALETTI, Lyliá da Silva Guedes - *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. SP: USP, tese de doutorado em História, 2000.

³ Essa expressão constituiu-se no título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e Mato Grosso. RUBIM, Rezende - *Reservas de Brasilidade*. SP: Cia Editora Nacional, 1939.

⁴ Esse termo foi utilizado, em 1947, por José de Mello e Silva para se referir à porção Sul do antigo Mato Grosso uno. SILVA, José de Mello e - *Canaã do Oeste (Sul de Mato Grosso)*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. (1ª edição de 1947).

⁵ WELTMAN, Fernando Lattman - “Imprensa e política no pós - ‘Nova República’: notas sobre a evolução recente da intervenção política na imprensa e sua investigação”. *Cadernos de Sociologia e Política*. RJ: IUPERJ, vol. 1, novembro de 1995. PEREIRA, Moacir - *Imprensa: Um Caminho à Liberdade*. Florianópolis: Lunardelli/ UFSC, 1980.

⁶ Cf. PEREIRA, Moacir, p. 119.

⁷ Apud CARONE, Edgar - *O Estado Novo (1937-1945)*. RJ: Difel, 1976, p. 171

⁸ PEDRO, Joana Maria - *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas, Uma Questão de Classe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994, p. 33.

⁹ WELTMAN, Fernando Lattman - “Da desilusão ao aprendizado político: como a imprensa participa do processo.”. *Jornal da ABI*. RJ, vol. 3, nº 3, 1997, pp. 67-69.

¹⁰ Para um aprofundamento do tema, ver ROCHA, Rosângela Vieira - *Imagem Desfocada (Estudo Sobre a Indústria Cultural, Ideologia e Mulher)*. SP: USP, dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, 1982.

¹¹ “A continência sexual é nociva à saúde?”. *A Cruz*, Cuiabá, 05/03/1939.

¹² “Conselhos para meninos”. *A Cruz*, Cuiabá, 08/01/1939.

¹³ “Mulher de nossa terra”. *A Cruz*, Cuiabá, 11/02/1940.

¹⁴ *Jornal Ecos Juvenis* (Órgão do Grêmio Literário Dom Aquino Corrêa). Campo Grande, setembro/ dezembro de 1942.

¹⁵ CUNHA, Célio da - *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. SP: Cortez, 1981, pp. 122 e 128.

¹⁶ *Revista de Educação Física*, RJ, nº 24, 1938.

¹⁷ Idem, RJ, nº 62, 1942.

¹⁸ Cf. *Álbum de Campo Grande*, pp. 104 e 107.

¹⁹ *Jornal do Comércio*, Campo Grande, 06/05/1944.

²⁰ Cf. *Álbum de Campo Grande*, p. 69.

²¹ HOBBSAWN, Eric J. - *A Era dos Impérios (1875-1914)*. SP: Paz e Terra, 1988, p. 283.

²² *A Cruz*, Cuiabá, 20/01/1940, p. 2.